



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**TutPrv no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1736239 - SP (2020/0189167-6)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**REQUERENTE : CONDOMÍNIO EDIFÍCIO RENATA**  
**ADVOGADOS : HELENA LUÍSA FAINGEZICHT - SP095803**  
**ISAC CHAPIRA TEPERMAN - SP024483**  
**REQUERIDO : LUÍS OTÁVIO BOTELHO DA SILVA**  
**ADVOGADOS : CÍNTIA MARIA LEO SILVA - SP120104**  
**THIAGO PERES DE MIRA - SP369599**

### DECISÃO

Cuida-se de pedido de tutela provisória formulado pelo CONDOMÍNIO EDIFÍCIO RENATA, agravado nos autos, contra o ora requerido, LUIZ OTÁVIO BOTELHO DA SILVA.

Narra a parte requerente que obteve sentença favorável no sentido de julgar procedente pedido de reconhecimento da "existência de áreas comuns no andar correspondente à cobertura (11º andar) a par do espaço privativo da unidade autônoma do requerido naquele mesmo pavimento" (fl. 1.274), além de este ter sido condenado ao "desfazimento das obras naquelas áreas comuns e nas privativas de sua propriedade" (fl. 1.274).

Desde então, segundo o requerente, o requerido vem postergando o cumprimento das obrigações determinadas judicialmente, "fazendo prevalecer interesse individual contra o coletivo, a todo instante abrindo confusas chicanas, arrastando o Egrégio Superior Tribunal de Justiça repetitivas cópias de trechos irrelevantes e papéis inúteis, que só confundem, para criar factóides violando a realidade" (fl. 1.836).

Requer o deferimento da tutela provisória para que seja determinada a abertura das portas travadas do 11º andar (esbulhado), para conserto de para-raios e gaiola de faraday, com demolição de muro irregular na fachada da parte detrás do condomínio, limpeza e impermeabilização das caixas d'água e respectiva manutenção" (fl. 1.843).

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o que prevê o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*. As razões apresentadas pelo requerente não foram suficientes para comprovar o risco de dano

irreparável ou de difícil reparação no caso concreto, até porque já obteve êxito na demanda em questão.

Portanto, ao que parece, o que busca o requerente, por meio do presente pedido de tutela provisória, é a execução da sentença de primeiro grau nos autos do agravo em recurso especial interposto pelo requerido. No entanto, deve a parte buscar a ação própria para tal intento.

Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo Ministro relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente